

---

# A Educação Libertadora de Paulo Freire

*The Liberating Education of Paulo Freire*  
*La Educación Libertadora de Paulo Freire*

**Danilo Geraldo Silva**

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

[danilola93@gmail.com](mailto:danilola93@gmail.com)

*E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.*

FREIRE, 1967, p. 107.

O livro *Educação como prática de Liberdade*, de Paulo Freire, foi escrito em 1967, contém 157 páginas e foi publicado pela editora *Paz e Terra*. O mesmo possui uma apresentação, uma introdução, e o estudo que é dividido em quatro capítulos. A apresentação é de Pierre Furter. A introdução é de Francisco C. Weffor, intitulada *Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia de liberdade*. O primeiro capítulo é denominado *A sociedade Brasileira em transição*, o segundo *Sociedade fechada e inexperiência democrática*, o terceiro *Educação “versus” massificação* e o quarto e último *Educação e conscientização*.

Na apresentação, Pierre Furter apresenta Paulo Freire ou o Poder da Palavra, em que o diálogo proposto pelo autor como atividade pedagógica legítima, que está impregnada na vida e obra do autor, com sua proposta, ele apresentada este livro de maneira estruturada, em que cada ponto e vírgula foram minuciosamente pensados para que o leitor possa refletir e elaborar uma compreensão crítica do conteúdo. Contudo a pedagogia de Paulo Freire não está somente em sua oralidade, mas em sua crença real de que o homem

foi feito para ser comunicador, e para o diálogo ser possível, é importante levar dois fatores em consideração, o primeiro é o fato de que as palavras necessitam ser dotadas de sentido, e não somente o verbalismo formal, que é o ato de apenas decorar as sentenças expostas.

Paulo Freire se permite falar de palavras como, por exemplo, liberdade, democracia e justiça, pois acredita fielmente em seus significados e sua importância para a libertação do indivíduo, pois quando ele conhece e aceita as consequências dessas, elas deixam de ser meros veículos alienantes, e se tornam palavras geradoras, sendo este o instrumento de transformação tanto para os indivíduos como para as sociedades.

O segundo fato é que Paulo Freire pressupõe o diálogo como ferramenta democrática sem a exclusão de nenhuma classe, ou seja, todos têm o direito de impor-se enquanto indivíduo na sociedade, apresentando seus anseios, opiniões e reivindicações. Sendo assim, para que a educação como prática de liberdade efetivamente ocorra é necessária uma transformação na sociedade nacional, proporcionando condições sociais, políticas e econômicas voltadas para a liberdade.

Na introdução, Francisco C. Weffor aponta *Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia de liberdade*, inicialmente apresenta o livro como um ensaio de Paulo Freire, onde é exposta sua pedagogia e sucessivamente seu método de ensino. O autor não manifesta somente mais uma mera pedagogia educacional, pois este não é expectador na história da educação do Brasil, mas sim um professor atuante e preocupado com a emergência política das classes populares e a crise dos dominantes, sua pedagogia impactou todo o país, e somente não teve maior impacto na revolução da educação da nação porque foi cessado pelo golpe de estado de 1964.

A liberdade em seu método é a matriz da prática educativa, sendo princípio essencial para efetividade da alfabetização que, no método apresentado por Paulo Freire, é promovida pelos círculos de cultura que substituem o modelo de escola convencional. Os círculos de cultura são compostos por um coordenador e um grupo de homens comuns que desejam dominar a linguagem, o coordenador não exerce a função de professor, mas sim de um promotor do diálogo, que é a tarefa central dos círculos, jamais impondo ou tentando influenciar os educandos.

O respeito aos educandos e a sua cultura começa desde a preparação para os círculos de cultura, onde nunca são denominados como analfabetos, mas sim alfabetizando. A parte inicial do método propõe levantamento do vocabulário local, respeitando fielmente as palavras e expressões que são mais utilizadas naquele grupo de pessoas, a fim de selecionar as palavras geradoras que sejam dotadas de sentido para elas. Sendo estas selecionadas de acordo com o grau de dificuldade fonêmica e frequência, em seguida são feitas as suas separações silábicas, para que sejam formadas novas palavras. Essa tarefa é essencial para essa pedagogia, pois as palavras jamais serão utilizadas como apenas um dado repassado de educador para educando, mas sempre levantadas como tema central para discussão dos participantes do círculo.

O papel principal dos círculos de cultura é fazer com que os cidadãos assumam a liberdade crítica de sua existência. Outro fator que evidencia a qualidade do método é a rapidez na alfabetização, menos de 30 dias para alfabetizar um adulto, conforme a experiência em Angicos no Rio Grande do Norte em 1962 e, logo em seguida, disseminado para todo o resto do país. O projeto seria em 1964 instalar 20.000 círculos de cultura, que já estavam capacitados para atender e alfabetizar cerca de dois milhões de pessoas, porém o plano foi interrompido pelo golpe de estado sofrido pelo governo no mesmo ano.

Paulo Freire foi acusado de ser subversivo, pois sua intenção libertadora promovia a educação para decisão, o que ficou comprovado pelos líderes do golpe, pois de fato o autor era perigoso para soberania política do governo, uma vez que, boa parte de seus alfabetizando uniram-se ao movimento sindicalista, e suas manifestações latentes, pois já tinham consciência de que para defender seus interesses deveriam se agrupar.

O autor expõe que é impossível ensinar e efetivamente vivenciar uma democracia acreditando que a participação do povo no poder é absurda. Considerar os analfabetos como ignorantes, que não podem votar e nem serem votados é promover a crença de marginalização das minorias, pois a ignorância está relacionada à falta de cultura, e mesmo sem saber ler e escrever essas pessoas dispõem de cultura.

Paulo Freire aponta ainda que a sociedade brasileira encontra-se em um período de transição, embasado na crise social dos valores, de uma sociedade fechada, em que as massas são objetificadas, o diálogo é restrito, imerso num profundo silêncio dos marginalizados e excluídos, distanciados cada vez mais

das elites. A massa popular anseia por uma nova democracia com liberdade, que não se efetiva sem luta, nesta transição de sociedade fechada para sociedade moderna.

O autor exprime que até a década de 1930 a consciência popular encontrava-se fora da história da sociedade brasileira, que após a crise despertou a consciência transitiva, ou seja, agora dentro do contexto histórico, não mais exclusivos das elites, as massas lutam e conhecem temas que são de seu interesse, como por exemplo, o poder, a democracia, a liberdade, etc. Mesmo que ainda de forma passiva, as classes populares agora impõem a sua presença nas relações de poder, exigindo efetivamente a sua liberdade, gerando incômodo nas elites, que necessitam elaborar e executar alguma política de alienação contra essas classes, que os beneficie e, conseqüentemente, consigam domesticar as classes populares, pois essas, não apresentam mais a docilidade com que eles estavam acostumados.

Mesmo interrompido pelo golpe de 1964, Paulo Freire demonstrou uma pequena amostra de todo seu potencial transformador, de conscientização para a liberdade, propondo uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política. O movimento de educação popular de Paulo Freire era uma ameaça real aos dirigentes da democracia “parcial”, que excluíam os analfabetos do direito de voto, pois ampliando o eleitorado, conseqüentemente diminuiria a sua manipulação do poder, uma vez que as massas não ofereceriam suporte para continuidade do regime que as mantinham dominadas.

No primeiro capítulo *A sociedade Brasileira em transição*, Paulo Freire discorre que a interação do homem com o mundo está atrelada a alguns termos que tentam dar significação a sua existência, sendo eles a pluralidade, a transcendência, a criticidade e a temporalidade. É importante partimos do princípio de que o homem compreende o mundo através de uma realidade objetiva, que independe da existência dele, ele é um ser de relações e não apenas de contatos, pois sua existência não está apenas no mundo, mas com o mundo, o que o faz criador de sua própria história.

A pluralidade está presente em todas as relações do homem com o mundo, uma vez que este encontra uma infinidade de desafios, onde ele se organiza, utiliza de sua consciência, testa e, por fim, escolhe a melhor resposta, que é sempre diversificada. A transcendência não apenas no sentido espiritual, mas na

transitividade de sua consciência de distinguir o eu do não eu, e conhecer sua finitude e a finitude de tudo a sua volta, reconhecendo-se como ser inacabado, que só encontra a totalidade, em sua integração com o criador, ligação essa libertadora e nunca de domesticação e dominação.

A criticidade está relacionada à capacidade do indivíduo em captar dados objetivos em sua realidade, de forma crítica, por uma análise reflexiva e não reflexiva, ligando um dado a outro. A temporalidade do indivíduo descobre-se unidimensional, conhecendo o ontem, reconhecendo o hoje e descobrindo o amanhã, tentando discernir porque existe e não só vive, pois conforme o autor:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor (FREIRE, 1967, p. 43).

O Brasil então vivia exatamente um momento de transição de uma época para outra, de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, democrática. A sociedade se posicionava de maneira reflexa, a alienação cultural, e as elites dominantes eram distantes da realidade do povo e acreditavam estar sobrepostos a eles.

Nesta fase de transição, a educação se fazia tarefa de muita importância, conforme Freire (1967) descreve:

Dependeria de distinguirmos lucidamente na época do trânsito o que estivesse nele, mas não fosse dele, do que, estando nele, fosse realmente dele. Sendo a fase de trânsito o elo entre uma época que se esvaziava e uma nova que ia se consubstanciando, tinha algo de alongamento e algo de adentramento (FREIRE, 1967, p. 47).

Neste momento a sociedade dividia os homens e as instituições, num sentido amplo em reacionários e progressistas, na medida em que surgiam contradições que eram aprofundadas entre velhos e novos temas, o homem brasileiro era provocado a ter atitudes arbitrarias, pois este não estava no trânsito, mas era o trânsito, e a tendência seria a radicalização.

Pois conforme o autor: “O homem radical na sua opção não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela. Está

convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo” (FREIRE, 1967, p. 49).

O grande problema é que a pressão sofrida pelo homem brasileiro, pelas contradições e o despreparo para uma captação crítica, estava tendendo para a sectarização, que é a matriz predominantemente emocional e acrítica. O sectário é fanático, se impõe sem respeitar a opção do outro, nada cria, pois nada ama, daí a sua relação com o ativismo, ele age sem refletir.

Apesar de o sectarismo predominar na atualidade brasileira, fazendo com que todos temam o futuro da democracia, visto que, eles são violentos e tendem a nutrir o ódio que financia a violência, mas ainda havia uma esperança nesta fase de trânsito, conforme complementa o autor:

Um novo clima cultural começa a se formar. Representantes das elites dirigentes, até então inautênticas, por isto superpostas ao seu mundo, começam a com eles se integrar. Um mundo novo se levanta diante deles, com matizes até então despercebidos. (FREIRE, 1967, p. 52)

E através da rachadura da sociedade fechada surge um novo clima de esperança, denominado democratização fundamental, em que o povo começa a ter participação no seu processo histórico, que até então não existia.

Pois de acordo com o autor: “De sua posição inicial de ‘intransitividade da consciência’, característica da ‘imersão’ em que estava, passava na emersão que fizera para um novo estado — o da “transitividade ingênua” (FREIRE, 1967, p. 58).

A transitividade ingênua se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas, julgando o tempo passado sempre como o melhor, desacreditando do homem comum, frequente no pensamento das massas. A transitividade crítica, por sua vez, enfatiza a educação democrática dialogal, voltada para responsabilidades tanto sociais como políticas, além do aprofundamento na interpretação dos problemas. Este posicionamento tem por consequência a matriz da democracia.

O autor enfatiza que: “A possibilidade de diálogo se suprime ou diminui intensamente e o homem fica vencido e dominado sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre. Teme a liberdade, mesmo que fale dela” (FREIRE, 1967, p. 62). E sugere que para superar a massificação, o homem precisa tomar consciência de

que ele é um ser massificado, para que possa evoluir para uma mentalidade democrática, que é contrário ao rebaixamento proposto pela massificação.

No segundo capítulo intitulado *Sociedade fechada e inexperiência democrática*, o autor apresenta que a sociedade brasileira está em trânsito, e o ponto de partida dessa transição é a sociedade fechada colonial, escravocrata, sem participação do povo, reflexa e antidemocrática, pois para compreender a transição seu movimento de avanço e recuo, é necessário conhecer o passado, as raízes de uma sociedade com marcas acentuadas, para justificar o processo da nossa inexperiência democrática.

O autor enfatiza ainda que:

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o 'poder do senhor' se alongava 'das terras às gentes também' e do trabalho escravo [...] (FREIRE, 1967, p. 67).

A colonização de nosso país teve cunho exclusivamente comercial, não houve a menor intenção de formar na terra descoberta uma civilização, o que lhes interessavam era apenas a exploração das terras.

Nessas condições exploratórias foi enraizado em nossa cultura o mutismo, não somente no sentido de falta de respostas, mas de respostas críticas, além da negação do diálogo e da negação à comunicação. Realmente não há como se pensar em construção de diálogo nesse cenário de dominação, caracterizado pela monarquia.

O autor complementa que: “Mesmo quando as relações humanas se façam, em certo aspecto, macias, de senhores para escravo, de nobre para plebeu, no grande domínio não há diálogo. Há paternalismo” (FREIRE, 1967, p. 70).

A exclusão do homem comum, do processo democrático, de votar e ser votado apresentava então uma nova classe, de homens privilegiados, aqueles alfabetizados que poderiam ser votados, e eram considerados homens bons, e seus nomes inseridos nos livros da nobreza, esses grandes proprietários de terras ou donos de engenhos enriquecidos pelo comércio, por eles arquitetados, em suas políticas. Do outro lado, posto à margem da sociedade, o homem comum era afastado das experiências governamentais, silenciado,

que por vez buscavam ecoar sua voz através da rachadura deste modelo de sociedade, na fase anterior ao golpe militar.

Antes da então rachadura da sociedade brasileira, onde começou a ser inserida a possibilidade de participação, acontecia exatamente o contrário, era um tipo de assistencialização do povo. Termo esse que arremetia à passividade e à domesticação do povo. Por outro lado, o povo começava, bem vagarosamente, a impor-se perante a sociedade, iniciando a sua participação na democracia.

O autor acentua ainda que:

A superação da inexperiência democrática por uma nova experiência: a da participação está à espera, ela que se iniciara, da superação também do clima de irracionalidade que vive hoje o Brasil, agravado pela situação internacional (FREIRE, 1967, p. 84).

No terceiro capítulo *Educação “Versus” Massificação*, Paulo Freire disserta sobre uma educação crítica, voltada para a tomada de decisão, responsabilidade social e política para a sociedade, divergindo da massificação, que é uma tentativa das elites sociais de silenciar as massas, com a padronização do pensamento comum.

A mais importante das mudanças necessárias se dá pela transição do pensamento mais crítico do que emocional, para assim pensarmos em uma educação democrática, alinhada a discutir a essência da problemática. Que seja capaz de conscientizar sobre os perigos de seu tempo, dando-lhes força para lutar ao invés de serem encorajados a se perder em si mesmos.

Para assim, desencadear nos indivíduos, por meio do diálogo bilateral e aberto a revisões, uma rebeldia de percepção crítica da realidade e embasados por métodos e processos científicos. Não é possível acreditar em uma democracia que proponha processos educativos alienantes, e que não propiciem a busca pelo conhecimento da verdade comum, pois conforme o autor:

A própria essência da democracia envolve uma nota fundamental, que lhe é intrínseca – a mudança. Os regimes democráticos se nutrem na verdade de termos em mudança constante (FREIRE, 1967, p. 90).

E esse homem inserido na sociedade em transição necessita tomar uma consciência crítica da realidade, e de que as decisões que desrespeitam sua

vida devem ser tomadas por ele mesmo, e não empurradas pelos preceitos de uma sociedade massificada.

Não é possível ensinar a democracia com a contradição de que a participação do povo é absurda e imoral. Por isso a necessidade de uma nova postura da educação que necessita ser corajosa para reivindicar o direito da participação do homem comum.

O autor sugere ainda que:

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação (FREIRE, 1967, p. 93).

Duas iniciativas merecem destaque pelo seu empenho na educação universitária e pós-universitária neste período, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e a Universidade de Brasília, que promoviam a disseminação de uma educação com o intuito de proporcionar significância para a realidade, ambos cessados pelo golpe militar.

Até a criação do ISEB, a consciência dos grandes pensadores e intelectuais brasileiros, em sua maioria, era de compreender o Brasil através de uma percepção fora dele, inicialmente do ponto de vista europeu e posteriormente norte-americano. Tomavam como referência o desenvolvimento do Brasil, sobretudo cultural, por perspectivas estrangeiras.

Sob essa influência, a Universidade de Brasília também estava preocupada em levar o povo brasileiro a uma integração com a realidade, preocupada em não se embasar em modelos alienantes, sua preocupação, diferentemente do convencional, não era em formar bacharéis dotados de teoria, mas técnicos preparados e conhecedores do contexto nacional e de suas necessidades latentes.

No quarto e último capítulo, denominado *Educação e Conscientização*, Paulo Freire discorre sobre a experimentação de sua proposta pedagógica. Naquele período, o país apresentava déficits alarmantes na educação e altos índices de analfabetismo, sobretudo dos indivíduos em idade escolar. Foram lançados dois programas dando continuidade ao projeto de educação de jovens e adultos, nas escolas de educação básica, os círculos de cultura e os centros de cultura.

Inicialmente eram feitos debates com esses grupos a fim de promover a educação através da investigação de termos que eram de interesse comum, como o voto do analfabeto, democracia, política brasileira, entre outros.

O autor complementa que: “Estes assuntos, acrescidos de outros, eram tanto quanto possível, esquematizados e, com ajudas visuais, apresentados aos grupos, em forma dialogal. Os resultados eram surpreendentes” (FREIRE, 1967, p. 103).

Proporcionavam nesse sentido, uma educação ligada à alfabetização e promoção de cultura, levando o homem a ser sujeito de sua alfabetização, não oferecendo-lhe apenas uma aprendizagem mecânica e estagnada, pensavam em uma educação que fosse criadora, e capaz de promover a inovação dos indivíduos, para tornar o processo mais tolerável, depois de um dia exaustivo de trabalho.

A partir do pressuposto de que o homem não está apenas no mundo, mas coexistindo paralelo a ele, analisando, criando e recriando a realidade, percebemos que essa relação independe dele ser alfabetizado ou não, sendo necessário apenas ser homem para capturar os dados da realidade. Sendo assim, é possível concluir que não há ignorância absoluta. Essa apreensão da realidade se dá por meio de três consciências, a crítica, a ingênua e a mágica da realidade.

A consciência crítica é a compreensão dos fatos, de como eles acontecem dentro da própria existência, através de uma percepção empírica. De maneira oposta, a consciência ingênua se julga superior aos fatos, acreditando na capacidade de dominá-los e, por isso, se julga livre para interpreta-los da maneira com que melhor lhe agrade.

Por sua vez a consciência mágica não acredita estar sobressalente aos fatos, e nem se considera livre para compreendê-los da maneira que mais lhe agrade. Levando o indivíduo a captar assim os fatos de maneira dócil, o que leva a uma postura estática, impossibilitando-o de reagir diante dos fatos que lhe são impostos.

A partir dessa concepção de que o homem possui as três consciências, manifesta-se então o questionamento de como realizar uma educação que fosse capaz de fazer o homem superar as atitudes mágicas e ingênuas diante da realidade.

Somente um método ativo e dialogal seria capaz de ajudá-lo a ser alfabetizado, promovendo a criticidade e tornando-o um ser crítico da realidade

por meio do diálogo, método esse contrário ao convencional, alterando profundamente conteúdos pré-programados e reduzindo a codificação.

Estabelece-se então a necessidade da criação de uma pedagogia para a comunicação, que sobreponha à consciência ingênua e mágica, tornando-os seres críticos. O diálogo então se dá como a matriz desta criticidade, é uma relação direta horizontal de um indivíduo para outro.

O diálogo é a condição fundamental para esse caminho, pois só ele é capaz de comunicar, pois quando é estabelecida uma conexão, de amor, esperança e fé entre as duas partes, estes se tornam críticos sobre os questionamentos, em busca de respostas, é constituída uma relação de simpatia entre eles.

Essa promoção do debate ao mesmo tempo em que é cicatrizador do processo histórico em que o analfabeto está inserido, é gerador de motivação para avançar em seus estudos. Pois agora os debates não são mais apenas orais, mas por meio da linguagem escrita que dá significação à vida dos analfabetos.

Desta forma, a alfabetização não se dá por uma simples doação de conhecimento ou imposição deste, de cima para baixo, mas sim de fora para dentro, partindo dele próprio, e o educador é apenas um colaborador desse processo.

Para efetividade do método, não só o educador, mas também o educando é ativo e consciente na produção da aprendizagem, direcionando-o a ser sujeito e não apenas objeto dentro do processo, nesse sentido o autor aponta que:

Não acreditávamos na necessidade de 40, 50, 80 palavras geradoras para a apreensão dos fonemas básicos da língua portuguesa. Seria isto, como é, uma perda de tempo. Quinze ou dezoito nos pareciam suficientes, para o processo de alfabetização pela conscientização (FREIRE, 1967, p. 111).

O método então era dividido em cinco etapas fundamentais, sendo elas: o levantamento do universo vocabular, a escolha das palavras geradoras, criação de situações existenciais a partir das palavras, elaboração de fichas e decomposição das famílias fonêmicas.

No levantamento, aconteciam encontros informais na comunidade, que logo em seguida se implementaria o método, a fim de levantar palavras comuns, que fossem dotadas de significado para a realidade local, tendo uma grande carga emocional, para assim facilitar a compreensão dos educandos.

Na fase da escolha das palavras três fatores eram levados em consideração, a fim de selecionar as melhores palavras geradoras: a riqueza fonêmica, as dificuldades fonéticas e o teor pragmático. Na etapa seguinte, em que são criadas situações a partir das palavras levantadas, são levadas em consideração questões sociais, tanto locais como regionais e nacionais, para que eles, ao mesmo tempo em que estão sendo alfabetizados, estão tomando consciência da realidade.

Em seguida, é feita a elaboração de fichas para servir de roteiro para os coordenadores do círculo, para que se orientem no momento de propor o debate. Essas fichas jamais são rígidas ou devem seguir um protocolo estático. A próxima fase é de grande importância, são elaboradas fichas com as decomposições das famílias fonéticas das palavras para criação de vocábulos geradores de novas palavras.

Vejamos o exemplo prático da palavra geradora tijolo, a palavra é apresentada ao grupo como objeto para que o grupo de significação semântica, posteriormente apresentada em sua divisão silábica, ti-jo-lo.

A partir da primeira sílaba ti, motiva-se o grupo a conhecer toda a família fonêmica, resultante da combinação da consoante inicial com as demais vogais. Em seguida o grupo conhecerá a segunda família, através da visualização de jo, para, finalmente, chegar ao conhecimento da terceira (FREIRE, 1967, p. 117).

Sendo reconhecido o ti, da palavra geradora, é proposto ao grupo que eles comparem com as outras vogais, como por exemplo, ta-te-ti-to-tu, na intenção apresentar a eles que, mesmo elas começando do mesmo jeito, terminam de maneira diferente, então não poderão ser chamadas de ti. O momento mais importante do processo então surge, a elaboração das fichas de descobertas, apresentando todas as famílias juntas, ta-te-ti-to-tu; ja-je-ji-jo-ju; la-le-li-lo-lu. Em seguida é feita uma leitura, horizontal e vertical, para apresentação dos sons, para que o grupo possa realizar uma síntese oral.

Após os exercícios orais no primeiro dia, a pessoa começa o processo de alfabetização em sua casa, com o exercício de escrever palavras criadas por ele mesmo, através da visualização das famílias silábicas expostas na ficha de descoberta, e as correções desses vocabulários são feitos no segundo dia, com todos os integrantes do grupo.

Foi possível perceber que não foram poucos os exemplos de alfabetizando que em posse do mecanismo fonêmico, a ficha de descoberta, conseguiram escrever palavras com fonemas mais complexos, que ainda não lhe haviam sido ensinados, como o “tra”, nha”.

Pode se aferir então a grandiosidade e o sucesso da pedagogia de Paulo Freire, sendo o livro recomendado a todos que desejam conhecer a gênese do pensamento do autor, que elaborou e implementou seu método, em uma experiência com um pequeno grupo de pessoas no Rio Grande do Norte, em 1962, onde a efetividade da ampliação de seu método, chamou atenção dos dirigentes do país, visto que havia um alto índice de analfabetismo no país. Freire apresenta nesta obra questões históricas e culturais complexas que justificavam este alto índice de analfabetismo no país.

A experiência poderia ter sido ainda mais exitosa se a segunda etapa de seu projeto, de estender seu método a todo o território nacional, não houvesse sido interrompido pelo golpe militar sofrido pelo país no ano de 1964, seu projeto foi cessado e o autor acusado, levando-o ao exílio, onde o autor utilizou deste tempo fora, para aprimorar suas teorias e publicar suas ideias por meio de suas obras.

## Referência

PAULO, Freire. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra LTDA, v. 199, 1967.

PAULO, Freire. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 40ª ed., 2017.